

Instrumentos Financeiros: Aderência dos Currículos dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis aos Pronunciamentos Técnicos do CPC

Financial Instruments: Adherence of Curricula of Undergraduate Accounting Courses to the Accounting Pronouncements

Artigo recebido em: 30/12/2020 e aceito em: 08/07/2021

Aloísio Pereira Júnior

Rio de Janeiro-RJ
Doutorando em Finanças pela UFU¹
Professor do IFTM
aloisio@iftm.edu.br

Rodrigo Fernandes Malaquias

Rio de Janeiro - RJ
Doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV²
Professor Associado da UFU
Membro Permanente do PPGA/FAGEN/UFU
rodrigofmalaquias@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa é verificar o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES do Brasil aos pronunciamentos do CPC sobre instrumentos financeiros, à luz da teoria institucional. A amostra do estudo foi composta pelos PPPs e fichas de disciplina dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis que possuíam avaliação no ENADE. Os principais resultados mostram que há espaço para ampliar o conteúdo ofertado, em linha com o que se tem disponível nos pronunciamentos do CPC, uma vez que evidenciam aderência parcial do conteúdo aos pronunciamentos. Como contribuição, o estudo pode motivar o aperfeiçoamento do currículo das IES para estarem mais alinhados à regulamentação contábil do país em relação ao tratamento contábil dos instrumentos financeiros na elaboração das demonstrações contábeis. Ainda, este artigo pode ser um material consultivo para contribuir com o aperfeiçoamento dos currículos dos cursos de ciência contábeis.

Palavras-chave: Instrumentos Financeiros; Índice de Aderência; Teoria Institucional.

ABSTRACT

The objective of the research is to verify the level of adherence of the curricular content of the graduation courses in Accounting Sciences of the IES in Brazil to the pronouncements of the CPC on financial instruments in the light of institutional theory. The sample of the study was composed by the PPPs and discipline sheets of the presential undergraduate courses in Accounting Sciences that were evaluated at ENADE. The main results show that there is room to expand the content offered in line with what is available in the CPC pronouncements, since they show partial adherence of the content to the pronouncements. As a contribution, the study may motivate the improvement of the curriculum of the IES to be more aligned with the accounting regulations of the country in relation to the accounting treatment of financial instruments in the preparation of financial statements. Also, this article can be an advisory material to contribute to the improvement of the curricula of accounting science courses.

Keywords: Financial Instruments; Adherence Index; Institutional Theory.

1 INTRODUÇÃO

As organizações estão expostas a diversos riscos em suas

atividades, tais como: operacionais, financeiros, legais, comerciais, entre outros (GOLDEN, WANG; YANG, 2007; OLIVEIRA & PACHECO, 2010), que podem ser retratados ou previstos mediante informações produzidas pela Contabilidade.

A Contabilidade como disciplina relacionada à prática profissional atua na formação de contadores com as habilidades necessárias para a atuação profissional. Além disso, do ponto de vista acadêmico-científico, a Contabilidade assume o papel de desenvolver conhecimento científico (FARIAS, 2012), no sentido de munir os contadores de conhecimento necessário para a resolução de problemas ligados à prática empresarial, inclusive da gestão e evidenciação dos riscos a ela inerentes, o que também abrange a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são ferramentas disponíveis para a gestão de riscos (BEATTY, 1999) e, apesar de existir técnicas alternativas de gerenciamento de riscos, o instrumento derivativo é cada vez mais comum (BARTRAM, BROWN & FEHLE, 2009). Muitas empresas utilizam instrumentos derivativos para se protegerem de riscos financeiros que afetam receitas, custos e várias despesas (CHANG, DONOHUE & SOUGIANNIS, 2015).

Em decorrência, o mercado empresarial demanda profissionais da área de contabilidade que compreendam as operações relativas a instrumentos financeiros derivativos, e que tenham conhecimento técnico para mensurar, reconhecer e reportar informações sobre esses instrumentos. Para tanto, se faz necessário que o ensino da contabilidade nas IES esteja alinhado com essas demandas técnicas, bem como com as disposições presentes na regulação da prática contábil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No sentido de proporcionar a formação profissional do contador, as IES deverão estabelecer a organização curricular por meio de Projeto Político-Pedagógico (PPP), de forma que contemplem conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática, como campos interligados de formação. Dessa forma, o PPP apresenta-se como um guia que dá a direção política e pedagógica para o trabalho docente acadêmico (GUIMARÃES, SLOMSKI & GOMES, 2010), sendo que sua operacionalização ocorre por meio das disciplinas e demais atividades previstas (como atividades complementares e estágio curricular supervisionado), mediante a descrição das ementas e conteúdos curriculares.

Assim, por todo o exposto, tem-se o seguinte problema: qual é o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis brasileiros aos itens dos pronunciamentos técnicos e orientações do CPC sobre instrumentos financeiros? Este estudo objetiva verificar o grau de aderência do conteúdo curricular de disciplinas constantes dos PPP e/ou das fichas de ensino dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES do Brasil, aos itens dos pronunciamentos técnicos e orientações do CPC sobre instrumentos financeiros.

As IES, enquanto entidades sociais de formação e qualificação profissional, representam o elo entre o estudante que aspira exercer uma profissão e a sociedade (GUIMARÃES, et al., 2010), esta entendida como um ambiente de atuação profissional (mercado). Com isso, é relevante investigar o nível de aderência do conteúdo ofertado por aquelas instituições às orientações e pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros,

¹ UFU - Universidade Federal de Uberlândia - CEP. 38.408-100 - Uberlândia - MG

² EAESP /FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo - SP - CEP 01313-902

derivativos e hedge que, por sua vez, são originados das normas internacionais de contabilidade.

No Brasil, pesquisas anteriores (MENDES, SILVA & NIYAMA, 2011; SILVA & RÉGO, 2014; OLIVEIRA, SILVA, MIRANDA & TAVARES, 2015; PINHO & RODRIGUES, 2016) investigaram o nível de adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo construída pelo CFC e ao currículo internacional proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Alves, Kronbauer, Ott & Thomaz (2017) analisaram se o conteúdo de contabilidade dos currículos dos cursos de ciência contábeis em IES no Brasil estão alinhados aos pronunciamentos técnicos do CPC, no entanto, verificaram a menção do pronunciamento nas ementas e/ou conteúdos programáticos dos cursos.

Este estudo, portanto, inova no sentido de investigar o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em ciência contábeis aos pronunciamentos técnicos que tratam de instrumentos financeiros, sob a égide do isomorfismo, mecanismo proposto e estudado pela Teoria Institucional, como fonte do entendimento do processo de homogeneização das formas e estruturas das organizações.

Assim, apresenta-se o nível de aderência do conteúdo recebido pelos alunos aos pronunciamentos técnicos do CPC, servindo de base para uma reflexão no meio acadêmico se os cursos estão alinhados à normas internacionais de contabilidade (ALVES, et al., 2017). O conhecimento das normas internacionais de contabilidade faz com que os alunos entendam melhor as informações financeiras (HELEN & KH, 2013). As operações relacionadas a instrumentos financeiros, derivativos e hedge são complexas (CHANG, et al., 2015; HSIAO & TSAI, 2018) e o acesso ao seu conteúdo pelos alunos nos cursos de graduação de contabilidade pode refletir na atuação profissional do contador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Institucional

A Teoria Institucional é uma abordagem promissora no campo teórico para explicar o funcionamento e evolução da sociedade organizacional. Essa abordagem institucional tem sido explorada em três diferentes dimensões: política, econômica e sociológica (CARVALHO, GOULART & VIEIRA, 2004).

É o aspecto sociológico da teoria que enfoca o estudo das relações organização-ambiente. De acordo com Oliveira, Araújo Jr., Oliveira, & Ponte, (2012, p. 4) "é da vertente sociológica que surge a principal diferença entre organização e instituição". Entre as mais influentes e seminais versões da Teoria Institucional nas organizações, destaca-se um estudo de caso realizado em 1957 por Selznick e seus alunos, no qual analisou um número de organizações de serviços, educacionais e voluntárias, e apresentou a estrutura organizacional como um veículo adaptativo às características, influências e restrições do ambiente externo (SCOTT, 1987).

A organização é um instrumento técnico, resultado da mobilização de energias humanas, por meio do qual se satisfaz uma demanda social de forma direta ou indireta (CARVALHO, et al., 2004). Já instituições é um termo usado para exprimir regras, no sentido lato da palavra, que regem as interações sociais. Para Hodgson (2006, p. 2) "instituições são sistemas de relações sociais estabelecidas e regras que estruturam interações sociais".

As organizações se amoldam às influências do ambiente e tenderão refletir as regras que prevalecem neste ambiente. As regras compreendem normas de comportamento e convenções sociais, assim como mandamentos legais (HODGSON, 2006). Tais normas de comportamento e convenções, no âmbito desta pesquisa, referem-se à orientações e pronunciamentos do CPC.

Os formatos estruturais das organizações retratam a busca pela estabilidade e legitimidade, em que a Teoria Institucional remete a um relativo determinismo ambiental, precipuamente quando enfocados os elementos normativos e reguladores das instituições (CARVALHO, et al., 2004).

A Teoria Institucional propõe o estudo não apenas das diferenças, mas também da homogeneidade de formas e práticas observadas nas diferentes organizações (ALMEIDA & CALLADO, 2017). A esse processo de homogeneização das organizações dá-se o nome de isomorfismo, conceito que melhor captura o processo

de restrição que obriga uma população a se parecer a outras unidades que enfrentam as mesmas condições ambientais (DIMAGGIO & POWELL, 1983).

Dimaggio e Powell (1983) explicam que o conceito de isomorfismo institucional é uma ferramenta útil para o entendimento das formas das estruturas e práticas que permeiam as organizações. Citam três mecanismos através dos quais se dão as mudanças isomórficas institucionais: isomorfismo coercitivo que decorre da influência política e do problema de legitimidade, isomorfismo mimético resultante de respostas ao padrão de incerteza e o isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

Na presente pesquisa a abordagem isomórfica das organizações se concentra no isomorfismo coercitivo e mimético. O isomorfismo coercitivo, segundo Dimaggio e Powell (1983), resulta de pressões sobre as organizações por outras organizações, podendo ser sentidas como força, persuasão ou convites para se agregarem. No processo mimético, ainda consoante Dimaggio e Powell (1983), o isomorfismo não decorre de atitude coercitiva, ensinam que a incerteza é uma força poderosa que motiva a imitação, em que as organizações podem se modelar em padrões e processos utilizados em outras organizações. O termo modelagem, segundo os autores, é uma resposta à incerteza.

Portanto, as IES que são organizações constituídas para a satisfação de demandas sociais, sofrem influências do ambiente institucional em que estão inseridas. Assim, as regras ou padrões contábeis instituídos pelos órgãos reguladores da profissão contábil no país, bem como as próprias IES pertencentes ao campo social, poderiam influir na elaboração do currículo e escolha da disciplina e do conteúdo a ser ofertado ao aluno.

Pesquisas recentes (OLIVEIRA, et al., 2012; BRANDAU, ENDENICH, TRAPP & HOFFJAN, 2013; ALVES, et al., 2017; ALMEIDA & CALLADO, 2017) alicerçaram-se em proposições da Teoria Institucional para analisarem o disclosure social de empresas; o processo de convergência das normas internacionais e as adequações das IES ao novo ambiente contábil desenhado pelas normas internacionais de contabilidade.

Diante do exposto, as organizações que atuam em um mesmo campo social sofrem influência do ambiente a que estão inseridas e desempenham as suas atividades, de modo que são levantadas as seguintes hipóteses do estudo:

Hipótese 1: os cursos apresentariam um isomorfismo coercitivo quanto às disciplinas que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e hedge como resposta à proposta curricular do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Hipótese 2: as IES apresentariam um isomorfismo mimético quanto ao nível de aderência dos conteúdos, uma vez que poderiam modelar os seus PPP por fazerem parte do mesmo campo.

2.2 Currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil

Atualmente, o ensino de contabilidade em nível superior, relativo às diretrizes da base curricular nacional, é regido pela Resolução CNE/CES nº 10/2004. O currículo expressa o percurso a ser seguido na apresentação do conteúdo, representando a síntese dos conhecimentos e valores desenvolvidos pelo trabalho pedagógico nas escolas (Carvalho & Ferreira, 2002). O estudo do currículo perpassa pela abordagem do currículo oculto, escrito e real.

De acordo com Silva (2000), o currículo oculto é o conjunto de valores, atitudes e comportamentos que não estão explícitos no currículo escrito, porém são transmitidos implicitamente por meio das relações sociais, dos rituais, das práticas e composição espacial e temporal da escola. O currículo escrito é um testemunho manifesto, público e sujeito a mudanças, como uma lógica que se escolhe para legitimar uma formação escolar ou acadêmica (PINHO & RODRIGUES, 2016). O currículo real, designado como currículo em ação por Sacristán (2000), por sua vez, é o que acontece efetivamente na sala de aula, compreendendo o que o professor executa embasado no que consta do projeto pedagógico da instituição.

A Resolução CNE/CES nº 10/2004, em seu artigo 5º, dispõe que os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular os conteúdos elencados na Tabela 1.

Tabela 1 - Conteúdos Curriculares Segundo a Resolução CNE/CES n. 10/2004

Formação Básica	Administração; Economia; Direito; Métodos quantitativos; Matemática; Estatística.
Formação Profissional	Teorias da Contabilidade; Noções de atividades atuariais; Noções de quantificações; financeiras e patrimoniais, governamentais e não-governamentais; Auditoria; Perícia e arbitragem; Controladoria
Formação Teórico-Prática	Estágio curricular supervisionado; Atividades Complementares; Estudos independentes; Conteúdos optativos; Prática em laboratório de informática.

Fonte: Adaptado de Brasil (2004).

Os conteúdos determinados pelo Conselho Nacional de Educação são de natureza geral por se tratarem de diretrizes para as IES elaborarem os seus respectivos PPP. Diferentemente da matriz curricular proposta pelo CFC, formulada de forma mais detalhada. A proposta do CFC do ano de 2009 foi elaborada em função das mudanças trazidas pela lei 11.638/2007, estando alinhada com os CPCs (ALVES, et al., 2017) e Resolução CNE/CES nº 10/2004, com o objetivo de harmonizar, em termos de conteúdo, a oferta do ensino de contabilidade pelas IES.

De acordo com a proposta do CFC, os instrumentos financeiros são estudados nas disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras e Mercados de Capitais.

Estudos (FROSI, OTT & GRANDO, 2013; CRUZ, BATISTA, ANDRADE, & BRUNI, 2013; SILVA & RÉGO, 2014; OLIVEIRA, et al., 2015) verificaram o nível de adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo construída pelo CFC.

2.3 Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge

O uso de instrumentos financeiros derivativos pelas empresas cresceu consideravelmente nas últimas décadas (PANARETOU, SHACKLETON & TAYLOR, 2013), pois a negociação dos derivativos é mais barata e avançada do que a negociação do próprio ativo subjacente (MASHEANE, 1998). De acordo com Matos, et al. (2013, p. 78), "os principais derivativos são: termo, futuro, opções, swap, derivativos exóticos e embutidos".

Os derivativos são amplamente negociados no mercado financeiro internacional (Darós & Borba, 2005) e têm sido usados por empresas em geral como opção de investimento ou como forma de proteção - hedge (MANCHIRAJU, HAMLLEN, KROSS & SUK, 2016) aos riscos de variações de preços, taxas de juros, variações cambiais ou outras que podem afetar o valor dos seus ativos ou fluxo de caixa futuro (DEMARZO & DUFFIE, 1995; MASHEANE, 1998; CAPELLETO, OLIVEIRA & CARVALHO, 2007; POTIN, BORTOLON & NETO, 2016).

O hedge é uma estratégia de proteção contra o risco provocado pela variação de preços ou taxas em certas posições assumidas ou futuras, por meio da compensação dos resultados gerados pelos objetos de hedge e os instrumentos financeiros designados para a proteção (CAPELLETO, et al., 2007). Para que o instrumento derivativo se qualifique como hedge, deve ter relação com o objeto de hedge designada de forma documental e aferida a efetividade do hedge (CPC, 2016).

O tratamento contábil dos instrumentos financeiros derivativos têm sido um dos grandes desafios da contabilidade nos últimos tempos (KLAN, CUNHA & FILHO, 2010) e as operações que envolvem o uso desses instrumentos estão cada vez mais complexas, em função das características desses instrumentos e da volatilidade do mercado financeiro (AMBROZINI, 2014; HSIAO & TSAI, 2018).

Com isso, as IES (oferta de conteúdo) e também as empresas (elaboração das demonstrações contábeis) necessitam se adequarem aos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros derivativos e hedge, originados das normas internacionais de contabilidade, cuja observância é dispendiosa para as empresas (PAWSEY, 2017) e depende da disponibilidade dos programas de educação fazerem com que os preparadores, auditores e usuários das demonstrações contábeis se familiarizem com os novos padrões adotados pelo país (MARADONA &

CHAND, 2017).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Seleção das IES e obtenção dos PPP e fichas de disciplinas

Para a seleção dos cursos realizou-se uma busca no portal do MEC (Ministério da Educação) e-MEC, tomando por base a seleção de todos os cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, ofertados pelas IES brasileiras que possuíam ENADE entre 1 e 5, em outubro de 2017, cuja nota constante da base dados é referente ao exame de 2015. O critério de seleção foi por curso e não por instituição, permitindo a ocorrência de mais de um curso por instituição observada, resultando em 1.052 cursos com notas entre 1 e 5.

A coleta dos PPP e fichas de disciplina se deu pelo acesso ao site de cada IES, encontrando-se 250 cursos que tiveram seus PPP, fichas de disciplina ou ementários publicados, que são partes integrantes dos projetos pedagógicos, no site da IES.

3.2 Índice da aderência dos conteúdos e agrupamento em blocos

A coleta dos dados para o cálculo da aderência foi realizada por meio da aplicação de um instrumento de coleta (apêndice A), no qual consta a relação dos itens (questões) que deveriam configurar nos PPP e/ou fichas das disciplinas dos cursos. A lista foi elaborada pelos autores com base no conteúdo das orientações e pronunciamentos técnicos relativos a instrumentos financeiros, derivativos e hedge, contendo 40 itens (questões). Ainda, no instrumento, procedeu-se a separação entre PPP e fichas de disciplina e a indicação se o item presente nesses documentos pertence à disciplina de contabilidade ou de outra área (finanças ou afins).

A identificação das questões no PPP e/ou ficha recebeu a pontuação "1" (possui) e a não identificação, a pontuação "0", configurando-se uma escala dicotômica. Para as ocorrências em que o item do instrumento não constava literalmente do PPP e/ou ficha de disciplina, mas que remete ao item (questão) presente no instrumento, a consideração e decisão de aderência foi registrada no documento denominado papel de trabalho da coleta de dados, disponível no apêndice B, procedimento este similar ao adotado por Malaquias e Lemes (2013).

O nível de aderência do conteúdo foi calculado por meio da média das questões que receberam a pontuação "1", resultando em um índice para cada curso. A equação (1) demonstra o seu cálculo.

$$\text{Índice} = \frac{P}{T}$$

Em que:

P: total dos itens que receberam pontuação "1" (possui)

T: total de itens do instrumento de coleta de dados

Os 40 itens (questões) do instrumento de coleta de dados foram agrupados em quatro blocos, conforme relacionados na Tabela 2 (na próxima página).

O critério de agrupamento dos itens (questões) foi estabelecido com base na natureza dos conteúdos indicados em cada item, fazendo com que cada bloco englobe os itens que são relacionados quanto ao objeto de estudo dentro de instrumentos financeiros. O bloco 1, que recebeu os itens de nº 1 a 3 e 5 a 8, relaciona-se à gestão de riscos, instrumentos financeiros e suas

Tabela 2 - Blocos dos itens (questões) do instrumento de coleta de dados

Bloco	Descrição
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge

Fonte: Elaborado pelos autores

espécies. O bloco 2, que recebeu os itens de nº 4, 10 a 18 e 32 a 34, reúne conteúdos relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros, bem como mensuração ao valor justo e reconhecimento no resultado.

O bloco 3, que recebeu os itens de nº 9 e 35 a 40, concentra os conteúdos de derivativos, como contrato de opções, contrato futuro e a termo e swap. Por fim, o bloco 4, que recebeu os itens de nº 19 a 31, refere-se ao conteúdo atinente a hedge, incluindo as operações, efetividade e contabilização de hedge. Todos os itens (questões),

sem agrupamentos, também foram tratados como um bloco, denominado bloco 5. Assim, os blocos de 1 a 4 foram estruturados de forma a abranger os tópicos riscos, instrumentos financeiros, derivativos e hedge.

3.3 Variáveis do estudo

A Tabela 3 lenca as variáveis e base de dados utilizados nesta pesquisa.

Tabela 3 - Variáveis do estudo

Variável	Sigla	Código e Descrição	Base de dados
Categoria Administrativa	CAD	1 - Pública Federal 2 - Pública Estadual 3 - Pública Municipal 4 - Privada com fins lucrativos 5 - Privada sem fins lucrativos 6 - Especial	INEP
Organização Acadêmica	ORG	1 - Universidade 2 - Centro Universitário 3 - Faculdade	
Região	REG	1 - Norte 2 - Nordeste 3 - Centro-Oeste 4 - Sudeste 5 - Sul	
Carga Horária Mínima	CHM	Carga horária mínima do curso presencial	
Idade do Curso	IDC	Número de anos desde a criação do curso	
Desenvolvimento Humano	IDHE	Índice de Desenvolvimento Humano relativo à educação por estado	IPEA
Área Plantada	APLAN	Área plantada de cultura temporária e permanente por estado	IPEA
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	ENA	Pontuação dos alunos na prova atribuída do curso	MEC
Dummy Documento	DOC	1 - PPP 0 - Ficha de disciplina	Instrumento de Coleta de dados
Dummy Disciplinas	DIS	1 - Disciplinas de contabilidade 0 - Disciplinas de finanças ou afins	Instrumento de Coleta de dados
Índice de Aderência do Conteúdo	ADC	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso	Instrumento de Coleta de dados

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a finalidade de evitar problemas de escala, as variáveis CHM e APLAN, que foram dadas originalmente em milhares e milhões, foram transformadas com a divisão do número da carga horária e área plantada por 1.000 e 1.000.000, respectivamente.

A variável IDC foi construída com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes à data de início do curso. Para a identificação da idade do curso realizou-se o cálculo do número de dias de existência do curso pela diferença da data de início do curso e a data de 30 de novembro de 2017, mês em que se concluiu a coleta dos dados. O resultado em número de dias foi convertido para o período anual, dividindo-o por 365 dias. A variável IDHE refere-se à média aritmética do índice de desenvolvimento humano da educação por estado, cujos dados foram coletados da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a qual

pode ser acessada pelo seguinte endereço (<http://www.ipea.gov.br/ipeageo/bases.html>).

Para se testar o isomorfismo do nível de aderência dos cursos, como a variável ADC não segue distribuição normal, conforme testado pelo método de Shapiro-Wilk, foram aplicados os testes estatísticos de Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal Wallis.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva das disciplinas ofertadas

Analisou-se 250 cursos presenciais e 140 apresentaram algum nível de aderência do conteúdo curricular. As Tabelas 4 e 5, respectivamente, evidenciam a distribuição de frequência das disciplinas da área de contabilidade e finanças ou afins em que o conteúdo é ofertado.

Tabela 4 - Disciplinas da área de contabilidade em que o conteúdo é ofertado

Ordem	Ocorrência das disciplinas da área de contabilidade	Fa	Fr	Fac
1	Contabilidade Avançada	33	0,43	0,43
2	Contabilidade das Instituições Financeiras	10	0,13	0,56
3	Contabilidade Tributária II	4	0,05	0,61
4	Contabilidade Societária	3	0,04	0,65
5	Seminário em Contabilidade I	3	0,04	0,69
6	Seminário em Contabilidade II	3	0,04	0,73
7	Contabilidade Bancária	2	0,03	0,76
8	Contabilidade Geral	2	0,03	0,80
9	Contabilidade Intermediária II	2	0,03	0,82
10	Contabilidade de Negócios Agroindustriais	2	0,03	0,84
11	Contabilidade IV	1	0,01	0,85
12	Contabilidade VI	1	0,01	0,86
13	Contabilidade Internacional	1	0,01	0,87
14	Contabilidade e Mercados de Capitais	1	0,01	0,88
15	Contabilidade Financeira	1	0,01	0,89
16	Tópicos Especiais em Contabilidade	1	0,01	0,90
17	Tópicos Especiais em Contabilidade I	1	0,01	0,91
18	Teoria da Contabilidade I	1	0,01	0,92
19	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	1	0,01	0,93
20	Contabilidade e Finanças Corporativas	1	0,01	0,94
21	Contabilidade Socioambiental e Outros Tópicos Avançados	1	0,01	0,95
22	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	1	0,01	0,96
23	Contabilidade I	1	0,01	1,00
	Total	77	1,00	

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Fa = frequência absoluta; Fr = frequência relativa e Fac = Frequência acumulada.

Em relação aos 140 cursos citados, eles geraram uma frequência de 185 disciplinas que tratam do conteúdo de instrumentos financeiros. Cabe ressaltar que não são 185 disciplinas distintas, visto que determinados cursos, no caso 37, ofertam mais de uma disciplina que aborda o conteúdo de instrumentos financeiros.

Tabela 5 - Disciplinas da área de finanças ou afins em que o conteúdo é ofertado

Ordem	Ocorrência das disciplinas da área de finanças ou afins	Fa	Fr	Fac
1	Mercado de Capitais	29	0,27	0,27
2	Mercado Financeiro e de Capitais	20	0,19	0,45
3	Administração Financeira	8	0,07	0,53
4	Mercados Financeiros e de Capitais	4	0,04	0,56
5	Mercado Financeiro	4	0,04	0,60
6	Finanças Corporativas	4	0,04	0,64
7	Administração Financeira II	3	0,03	0,67
8	Mercado de Capitais e Futuros	2	0,02	0,69
9	Instituições Financeiras e Mercado de Capitais	2	0,02	0,70
10	Sistemas Financeiros e Mercado de Capitais	2	0,02	0,72
11	Mercados Financeiros	2	0,02	0,74
12	Finanças Internacionais	2	0,02	0,76
13	Tópicos de Finanças Corporativas e Derivativos	2	0,02	0,78
14	Economia I	2	0,02	0,80
15	Gestão Financeira e Orçamentária	2	0,02	0,81
16	Economia e Mercado de Capitais	1	0,01	0,82
17	Finanças e Mercado de Capitais	1	0,01	0,83
18	Introdução ao Mercado Financeiro	1	0,01	0,84
19	Administração Financeira I	1	0,01	0,85
20	Administração Financeiras e Orçamento Empresarial	1	0,01	0,86
21	Administração Financeira e Orçamentária I	1	0,01	0,87
22	Finanças Corporativas II	1	0,01	0,88
23	Finanças Pessoais	1	0,01	0,89
24	Finanças I	1	0,01	0,90
25	Finanças IV	1	0,01	0,91
26	Tópicos Contemporâneos em Finanças	1	0,01	0,92
27	Finanças e Mercado de Capitais	1	0,01	0,93
28	Economia	1	0,01	0,94
29	Instrumentos de Renda Fixa e Derivativos	1	0,01	0,94
30	Instrumentos Financeiros e Derivativos	1	0,01	0,95
31	Estratégia Financeira	1	0,01	0,96
32	Derivativos e Comercialização de Produtos Agroindustriais	1	0,01	0,97
33	Perícia, Avaliação e Arbitragem	1	0,01	0,98
34	Derivativos e Mercado Futuro	1	0,01	0,99
35	Mercado Futuro e de Capitais	1	0,01	1,00
	Total	108	1,00	

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Fa = frequência absoluta; Fr = frequência relativa e Fac = Frequência acumulada.

Os 140 cursos que apresentaram aderência ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros em 23 diferentes disciplinas da área de contabilidade, sendo que a disciplina de Contabilidade Avançada obteve 33 ocorrências e a disciplina de Contabilidade das Instituições Financeiras apresentou 10 ocorrências, representando 43% e 13%, respectivamente, do total de frequência de disciplinas, somando 56% desse total.

O conteúdo de instrumentos financeiros, na área de finanças, é ministrado em 35 diferentes disciplinas, sendo que a disciplina de Mercado de Capitais obteve 29 ocorrências e a disciplina de Mercado Financeiro e de Capitais apresentou 20 ocorrências, representando 27% e 19%, respectivamente, do total de frequência de disciplinas, somando 45% desse total. Considerando o total de 185 ocorrências das disciplinas, tanto da área de contabilidade como da área de finanças ou afins, a frequência das disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade das Instituições Financeiras, Mercado de Capitais, Mercado Financeiro e de Capitais, Mercados Financeiros e de Capitais, representam 51,8% desse total. Ainda, dos 250 cursos analisados, as datas dos PPP ou fichas de disciplina de 158 cursos (63,2%) são de anos posteriores a 2009, que é a data da edição da Proposta Nacional de Conteúdo do CFC.

Na proposta do CFC, o conteúdo sobre instrumentos financeiros, na área de contabilidade, deve ser abordado nas disciplinas de Contabilidade Avançada e Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras, e na área de finanças, na disciplina de

Mercado de Capitais. Como se pode verificar do total da frequência das disciplinas observadas, 51,8% estão de acordo com a proposta curricular do CFC. O que sugeriria a presença de isomorfismo coercitivo entre as IES, quanto às disciplinas que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros, não rejeitando a Hipótese 1, embora a proposta do CFC não seja de caráter obrigatório, levaria as IES a estruturarem os seus currículos com base na proposta do CFC que é o órgão que rege a profissão contábil no país.

O resultado corrobora com os estudos de Frosi, et al. (2013), Cruz, et al. (2013) e Oliveira, et al. (2015), que verificaram o nível de adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo elaborada pelo CFC. Frosi, et al. (2013) identificaram que, em média, as IES pesquisadas apresentaram um nível de aderência na ordem de 80%; Cruz, et al. (2013) observaram que a maioria das IES pesquisadas possuíam em sua estrutura curricular da área de custos e gestão conforme proposta do CFC e Oliveira, et al. (2015) concluíram que o nível de aderência, na média geral dos currículos das IFES analisadas, foi de 60% referente ao conteúdo de formação profissional, classificado como moderado.

4.2 Análise dos índices de aderência

Nesta seção são apresentadas as médias do nível de aderência dos cursos por bloco. A Tabela 6 apresenta as médias da aderência dos conteúdos de todos os cursos.

Tabela 6 - Médias da Aderência de Todos os Cursos por Bloco

Médias do índice de aderência de todos os cursos por bloco		
Blocos	Descrição	Média
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	4,6%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	0,4%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	14,6%
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge	1,8%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	4,1%

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que o bloco 3 (instrumento financeiros derivativos), apresentou, em média, o maior índice de aderência (14,6%). Em contrapartida, o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) foi o que apresentou o menor grau de aderência (0,4%). Dos blocos evidenciados na Tabela 3, os blocos 2 e 4 são os que estão mais relacionados ao tratamento contábil dos instrumentos financeiros.

Os resultados demonstram que o conteúdo sobre contabilização de instrumentos financeiros, o que inclui o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes instrumentos, bem como o conteúdo sobre operações e contabilização de hedge, são os que tiveram menor nível de aderência. No geral, os cursos obtiveram, em média, 4,1% de aderência aos padrões contábeis definidos pelo CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e hedge.

Esses resultados são condizentes com o estudo de Alves, et al. (2017) que concluíram que as IES pertencentes à amostra, 105 instituições, possuíam baixa aderência em relação aos CPCs. Observaram, ainda, que os CPCs 39 e 40, que tratam de

instrumentos financeiros, respectivamente, foram contemplados em 8,6% e 10,5% das IES pesquisadas.

Pelo exposto, os resultados, pela baixa aderência, contrapõem parcialmente ao disposto nas DNC do curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, as quais determinam que as IES devem contemplar em suas estruturas curriculares conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, o que engloba os aspectos legais da profissão contábil, dentre eles, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CFC.

A Tabela 7 apresenta a frequência de ocorrência dos itens do instrumento de coleta dos dados que tiveram correspondência com os PPP e/ou fichas de disciplinas dos cursos. Para cada item do instrumento de coleta dos dados é demonstrado o número de sua ocorrência considerando o total dos cursos analisados. Por exemplo, o item 1 do instrumento obteve 41 ocorrências, significando que esse item está presente em 41 documentos (PPP e/ou ficha de disciplina), de um total de 250 cursos analisados, representando 10% do universo total de ocorrências dos itens aderentes (406).

Tabela 7 - Frequência dos itens aderentes

Itens	Descrição	Frequência				Total	%
		Contabilidade		Finanças			
		PPP	Ficha	PPP	Ficha		
1	Gestão de riscos financeiros	1	0	27	13	41	10%
2	Instrumentos Financeiros	27	2	4	2	35	9%
3	Classificação de Instrumentos Financeiros	1	1	1	1	4	1%
4	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	3	1	1	1	6	1%
9	Instrumentos Financeiros Derivativos	41	5	40	8	94	23%
14	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros	0	2	0	0	2	0%
16	Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros	2	0	0	0	2	0%
18	Provisão para Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros	0	2	0	0	2	0%
19	Contabilidade de operações de proteção patrimonial	0	1	0	0	1	0%
20	Instrumentos de Hedge	1	1	0	0	2	0%
21	Contabilidade de Hedge (Hedge Accounting)?	1	2	1	1	5	1%
22	Operações de Hedge	23	2	14	2	43	10%
23	Operações de Hedging	3	0	3	1	7	2%
25	Contabilização do Hedge de Fluxo de Caixa	0	2	0	0	2	0%
35	Contrato de Swap	4	0	18	5	27	7%
36	Contrato de Opções	4	1	29	12	46	11%
37	Opções de venda (<i>put options</i>)	0	0	0	5	5	1%
38	Opções de compra (<i>call options</i>)	0	0	0	5	5	1%
39	Contrato futuro	5	0	36	13	55	13%
40	Contrato a termo	1	0	19	5	25	6%
Total						406	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Com isso, pode-se identificar na Tabela 7 que os itens 1, 2, 9, 22, 36 e 39 apresentaram maior frequência de ocorrência nos cursos analisados. Esses resultados informam que os itens de maior frequência não se relacionam diretamente a conteúdos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros derivativos e hedge, sugerindo que há deficiência em relação à oferta de conteúdo inerente à contabilização desses instrumentos financeiros (com base nos documentos que foram analisados). Talvez este conteúdo até seja ministrado em algum momento pelos professores, como consequência do currículo oculto e real, mas formalmente, os resultados sobre o que oficialmente é ministrado nos cursos da amostra de pesquisa demonstram lacunas importantes no ensino de instrumentos financeiros.

Na Tabela 8 são elencados os itens que não tiveram ocorrência de aderência dos conteúdos dos PPP e/ou fichas de disciplinas.

Tabela 8 - Itens do instrumento sem aderência de conteúdo

Item	Descrição
5	Instrumentos Financeiros Sofisticados?
6	Instrumentos Financeiros Híbridos?
7	Instrumentos Financeiros Embutidos?
8	Instrumentos Financeiros Compostos?
10	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda?
11	Instrumentos Financeiros Mantidos para Negociação?
12	Instrumentos Financeiros Mantidos até o Vencimento?
13	Instrumentos Financeiros e Ajustes de Avaliação Patrimonial?
15	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros Derivativos?
17	Mensuração de Perda de Crédito de Instrumentos Financeiros?
24	Objeto de Hedge?
26	Contabilização do Hedge de Valor Justo?
27	Contabilização do Hedge de Investimento no Exterior?
28	Hedge de Investimento Líquido?
29	Avaliação da Efetividade do Hedge?
30	Métodos de Avaliação dos Requisitos de Efetividade de Hedge?
31	Mensuração de Inefetividade de Hedge?
32	Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?
33	Passivo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?
34	Ganho ou Perda em Ativo ou Passivo Financeiro Mensurado a Valor Justo?

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, os PPP e fichas de disciplinas analisados não contemplaram os 20 itens relacionados no Quadro 6, evidenciando que há lacunas quanto a itens presentes nos pronunciamentos que podem ser abordados nas disciplinas que tratam de instrumentos financeiros, derivativos e hedge. Nesse ponto, a presente pesquisa avança na direção de apresentar itens que podem ser incluídos na elaboração/revisão dos projetos pedagógicos pelas IES e que estão alinhados com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros.

Assim, com a baixa aderência do conteúdo curricular dos cursos aos itens dos pronunciamentos, sugere que a convergência às normas internacionais nas IES deve ser melhor assimilada pelos

seus dirigentes. Os resultados da pesquisa evidenciam pontos relevantes para que os gestores de IES os considerem durante o processo de revisão de seus PPPs e fichas de disciplina que possuem conteúdo relacionado a instrumentos financeiros.

Enfim, a presente pesquisa contribui em evidenciar que o acesso ao conteúdo sobre instrumentos financeiros, derivativos e hedge por parte dos discentes, no ambiente acadêmico, ainda parece ser incipiente (com base nos critérios de análise adotados para o desenvolvimento empírico do estudo). Dando prosseguimento nas análises, as médias da aderência do conteúdo por área são exibidas na Tabela 9.

Tabela 9 - Médias da Aderência por Área

Médias do índice de aderência por área		Média	
Blocos	Descrição	Contabilidade	Finanças
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	6,7%	9,3%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	1,1%	0,2%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	12,8%	37,6%
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge	4,1%	2,3%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	5,1%	9,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Tabela 9, em se tratando de todos os itens (questões), em média, as disciplinas de finanças apresentaram maior aderência do que as de contabilidade. Dentro da área de contabilidade, o conteúdo referente a instrumentos financeiros derivativos teve o maior nível de aderência, indicando que a maior aderência da área de contabilidade está ligada ao bloco 3, que não são conteúdos que abordam diretamente os aspectos contábeis dos instrumentos financeiros. Ainda, o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) foi o que apresentou menor aderência (1,1%), dentro da área de contabilidade.

Na área de finanças, assim como na de contabilidade, o bloco 3 (instrumentos financeiros derivativos) resultou em uma maior aderência (37,6%) e o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) ficando com o menor nível. A menor aderência quanto ao bloco 3 para as disciplinas da área de finanças condiz com o objeto de estudo nestas disciplinas, tendo em vista que, em regra, são disciplinas que não abordam a contabilização de instrumentos financeiros. Na Tabela 10, são apresentadas as médias da aderência por região geográfica.

Tabela 10 - Médias da Aderência por Região Geográfica

Médias do índice de aderência por região geográfica		Média				
Blocos	Descrição	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	5,3%	5,0%	5,1%	4,2%	4,2%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	1,2%	0,5%	0,5%	0,3%	0,0%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	15,8%	19,9%	13,8%	13,0%	12,7%
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge	0,8%	2,4%	1,6%	1,5%	2,0%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	4,3%	5,3%	4,0%	3,6%	3,6%

Fonte: Dados da pesquisa

Levando-se em consideração o bloco 5, as regiões mais aderentes foram a Nordeste e Norte. A região Norte foi a que mostrou maior aderência em relação aos blocos 1 e 2, a região Nordeste relativos aos blocos 3 e 4. Com estes resultados, verifica-se que a região Norte é mais aderente aos conteúdos sobre riscos, instrumentos financeiros e contabilização desses instrumentos. Já a região Nordeste apresentou maior aderência aos conteúdos de derivativos e operações de hedge.

Os resultados encontrados estão em consonância com o estudo de Alves, et al. (2017) no qual concluíram que as IES da região Nordeste apresentaram aderência do conteúdo aos CPCs maior do que a média nacional. Também, os seus achados evidenciam que as IES da região Centro-Oeste obtiveram menor aderência. Por fim, a Tabela 11 mostra as médias da aderência do conteúdo por organização acadêmica.

Tabela 11 - Médias da Aderência por Organização Acadêmica

Médias do índice de aderência por organização acadêmica		Média		
Blocos	Descrição	Universidade	Centro Universitário	Faculdade
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	5,1%	4,9%	3,9%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	0,4%	0,5%	0,3%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	16,9%	9,4%	13,4%
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge	2,4%	1,9%	1,0%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	4,8%	3,3%	3,5%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, na Tabela 11, que as universidades apresentaram maior nível de aderência. Já a aderência relacionada ao bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidência dos instrumentos financeiros), foi maior por parte dos centros universitários. As organizações que mostraram menor aderência foram as faculdades.

Esses resultados, quanto ao nível de aderência das faculdades, estão alinhados com os achados de Alves, et al. (2017), os quais demonstram que as faculdades apresentaram menor índice médio de aderência de seus conteúdos aos pronunciamentos técnicos do CPC. Já Frosi, et al. (2013), em relação ao alinhamento dos currículos das IES da região Sul do país ao currículo do CFC, constataram que as faculdades apresentaram maior média de aderência, seguidas dos centros universitários e

universidades, tendo as seguintes médias: 79,87%, 78,79% e 74,32%, respectivamente.

4.3 Teste do isomorfismo para o nível de aderência dos cursos

Nesta seção são apresentados os resultados referentes aos testes de igualdade de aderência dos cursos. Os testes foram realizados excluindo os cursos não aderentes, dessa forma, foram desconsiderados aqueles que apresentaram índice de aderência "0" (zero).

A Tabela 12 evidencia o resultado do teste de igualdade das medianas da variável de aderência entre as categorias administrativas das IES que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

Tabela 12 - Teste de KW por categoria administrativa

Variável CAD/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank Sum
1	Pública Federal	30	2321.00
2	Pública Estadual	11	805.00
3	Pública Municipal	1	103.50
4	Privada com fins lucrativos	29	1902.00
5	Privada sem fins lucrativos	62	4510.50
6	Especial	7	228.00

Qui-quadrado = 8.308 com 5 g.l.
Probabilidade = 0.1401

Qui-quadrado com ties = 8.741 com 5 g.l.
Probabilidade = 0.1199

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 12, em relação à aderência do conteúdo (bloco 5), o qual considera a média com todos os itens sem separação por tópico de estudo, ao nível de significância de 5%, as IES não apresentam diferenças de aderência, uma vez que o resultado do teste de hipótese foi de 0,1401, localizando-se na região de não rejeição da H0. Com isso, em termos estatísticos, o fato de a instituição de ensino ser pública ou privada não difere quanto ao grau de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros.

Esses resultados evidenciados na Tabela 12 são condizentes com os resultados encontrados por Alves, et al. (2017) que testaram a diferença entre as médias de aderência das IES públicas (37,9%) e privadas (37,2%) em relação aos CPCs, pelo método Wilcoxon/Mann-Whitney, e verificaram que a diferença das médias entre as IES não possui significância estatística. A Tabela 13 demonstra o resultado do teste de KW por organização acadêmica.

Tabela 13 - Teste de KW por organização acadêmica

Variável ORG/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank Sum
1	Universidade	74	5516.50
2	Centro Universitário	16	995.00
3	Faculdade	50	3358.50

Qui-quadrado = 1.746 com 2 g.l.
Probabilidade = 0.4177

Qui-quadrado com ties = 1.837 com 2 g.l.
Probabilidade = 0.3991

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 13, a estatística do teste mostra que o nível de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros (bloco 5) não se difere entre as IES classificadas por organização acadêmica. As universidades, centros universitários e faculdades não apresentaram diferenças quanto ao grau de aderência do conteúdo curricular dos cursos.

Esses resultados também se encontram alinhados com os resultados observados por Alves, et al. (2017) que não encontraram diferenças significativas das médias de aderência das universidades, centro universitários e faculdades em relação aos CPCs. Na Tabela 14 pode-se verificar o resultado do teste para as IES divididas por regiões.

Tabela 14 - Teste de KW por região geográfica

Variável REG/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank Sum
1	Norte	12	782.50
2	Nordeste	33	2621.50
3	Centro-Oeste	15	1142.00
4	Sudeste	42	2975.50
5	Sul	38	2348.50

Qui-quadrado = 3.847 com 4 g.l.
Probabilidade = 0.4271

Qui-quadrado com ties = 4.048 com 4 g.l.
Probabilidade = 0.3996

Fonte: Dados da pesquisa

Já na Tabela 14, verifica-se que as IES de diferentes regiões do Brasil não apresentaram diferenças, quanto ao nível de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros. Esses achados corroboram, em parte, com os resultados encontrados por Alves, et al. (2017), visto que encontraram diferença das médias de aderência das IES em relação aos CPCs entre as regiões Nordeste-Centro-Oeste e Sudeste-Centro-Oeste.

Além da verificação de características isomórficas dos cursos em relação ao nível de aderência considerando todas as questões do instrumento de coleta de dados (bloco 5), ou seja, sem a distinção das questões por similaridade de conteúdo quanto ao objeto de estudo, foram realizados testes de igualdade das medianas separadamente por bloco, com relação à categoria administrativa, organização acadêmica e por região geográfica. Também não apresentaram diferenças entre os cursos observados em relação ao grau de aderência do conteúdo.

Os resultados apresentados nessa pesquisa, em relação à identificação da existência de isomorfismo entre as IES que apresentaram algum grau de aderência, levam a não rejeição da Hipótese 2 desse estudo. Evidencia-se com o presente estudo que as universidades, centros universitários e faculdades observadas (com base nos critérios empíricos utilizados), de todas as regiões brasileiras, possuem similaridades concernentes à baixa aderência do conteúdo sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis brasileiros aos itens dos pronunciamentos técnicos e orientações do CPC sobre instrumentos financeiros. A amostra compreendeu 250 cursos que mantinham os seus respectivos PPP e/ou fichas de disciplinas publicados em suas páginas de internet, inclusive ementários publicados no próprio site da IES, dos quais 140 apresentaram algum nível de aderência aos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros.

Os resultados mostram que a maioria dos cursos analisados (51,8%) ofertam o conteúdo sobre instrumentos financeiros nas disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade das Instituições Financeiras, Mercado de Capitais, Mercado Financeiro e de Capitais, Mercados Financeiros e de Capitais, conforme indicado na Proposta Nacional de Conteúdo do Conselho Federal de Contabilidade em relação aos quais disciplinas sugere a abordagem do conteúdo sobre instrumentos financeiros derivativos e *hedge*.

O nível de aderência dos cursos, considerando todas as questões (bloco 5) foi em média 4,1%. A segregação dos índices de aderência em quatro blocos (riscos, instrumentos financeiros e suas espécies; reconhecimento, mensuração e evidênciação dos instrumentos financeiros; instrumentos financeiros derivativos e operações e contabilidade de *hedge*) mostrou que o bloco 3 (instrumentos financeiros derivativos) foi o que apresentou maior nível de aderência (14,6%), evidenciando que o conteúdo mais aderente não é aquele relacionado à reconhecimento, mensuração e evidênciação de instrumentos financeiros, bem como ligado à contabilização das operações de *hedge*.

Investigando a frequência das questões nos documentos analisados, os resultados mostram que a metade dos itens do instrumento utilizado não consta nos projetos pedagógicos e/ou

fichas de disciplinas dos cursos. Há uma lacuna na oferta de conteúdo sobre instrumentos financeiros que as IES podem preencher com a inclusão em seus currículos dos seguintes pontos, por exemplo: instrumentos financeiros sofisticados (questão 5), cálculo do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (questão 15), contabilização do *hedge* de valor justo (questão 26), métodos de avaliação dos requisitos de efetividade de *hedge* (questão 30) e ganho ou perda em ativo ou passivo financeiro mensurado a valor justo (questão 34).

Dessa forma, em resposta à questão de pesquisa colocada, conclui-se que um nível baixo de aderência dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis analisados aos itens das orientações e pronunciamentos técnicos sobre instrumentos financeiros emitidos pelo CFC. Destaca-se que dos 250 cursos analisados, pouco mais da metade (140 cursos) apresentou algum nível de aderência do conteúdo ofertado.

Os cursos que obtiveram algum nível de aderência do conteúdo, total de 140, em relação ao índice de aderência, estatisticamente, não se diferem se comparados por categoria administrativa, organização acadêmica e região geográfica. Demonstrando, à luz da Teoria Institucional, a existência de características isomórficas entre os cursos estudados. Além disso, encontrou-se isomorfismo quanto às disciplinas em que o conteúdo é ofertado, pois mais da metade das disciplinas analisadas (51,8%) ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros conforme a proposta do CFC. Infere-se, com isso, que os cursos tendem a ter características isomórficas tanto pelo mecanismo mimético (nível de aderência) e coercitivo (disciplinas).

São cinco os limites que estiveram presentes neste estudo. O primeiro refere-se à constituição de uma evolução histórica do nível de aderência do conteúdo dos cursos, pois analisou-se os documentos disponibilizados on line pelas IES na data da coleta. O segundo relaciona-se ao detalhamento do conteúdo analisado, sendo que não se teve acesso ao plano de ensino que poderia conter maiores detalhes. O terceiro esteve ligado a análise do currículo formal das IES, vislumbrando a existência do currículo oculto cujo conteúdo até pode ser trabalhado em sala de aula, porém não é oficialmente publicado. O quarto relacionou-se à possibilidade de o conteúdo de instrumentos financeiros serem abordados na disciplina de tópicos contemporâneos da Contabilidade, cuja seleção conteúdo programático fica subordinada ao responsável pela disciplina. O quinto, por fim, é relativo aos documentos das IES que não possuíam data da elaboração do PPP ou ficha de disciplina.

Como contribuição, o estudo pode motivar o aperfeiçoamento do currículo das IES para estarem mais alinhados à regulamentação contábil do país em relação ao tratamento contábil dos instrumentos financeiros na elaboração das demonstrações contábeis. Ainda, o presente artigo pode ser um material consultivo para contribuir com o aperfeiçoamento dos currículos dos cursos de ciência contábeis.

Em relação a pesquisas futuras, recomenda-se a investigação da causa da baixa aderência do conteúdo sobre instrumentos financeiros ofertados pelos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, bem como entender os fatores determinantes do isomorfismo entre os cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis quanto à elaboração do currículo e consequente oferta do conteúdo sobre instrumentos financeiros e demais.

AGRADECIMENTO

Prof. Rodrigo F. Malaquias agradece ao CNPq pelo apoio para o desenvolvimento de parte desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Almeida, K. K. N., & Callado, A.L.C. (2017) Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do Setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da teoria institucional. *Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), pp. 222-239.

Alves, D. S., Kronbauer, C. A., Ott, E., & Thomaz, J. L. P. (2017). O ensino dos CPCs nos cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior do Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(32), pp. 48-70.

- Ambrozini, M. A. (2014). Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 11(24), pp. 25-42.
- Bartram, S. M., Brown, G. W., & Fehle, F. R. (2009). International evidence on financial derivatives usage. **Financial Management**, 38, pp185–206.
- Beatty, A. (1999). Assessing the use of derivatives as part of a risk-management strategy. **Journal of Accounting & Economics**, 26, pp. 353-357.
- Brandau, M., Eendenich, C., Trapp, R. & Hoffjan, A. (2013). Institutional drivers of conformity – evidence for management accounting from Brazil and Germany. **International Business Review**, 22, pp. 466-479.
- Capelletto, L. R., Oliveira, J. L., & Carvalho, L. N. (2007). Aspectos do hedge accounting não implementados no Brasil. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, 42(4), pp. 511-523.
- Carvalho, C., & Ferreira, C.R. (2002). Conceitos, processos e identidade no currículo escolar. **Revista da Unifebe**, 7(7), pp. 36-46.
- Carvalho, C. A., Goulart, S., & Vieira, M. M. F. (2004). A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 28. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Anpad.
- Chang, H. S., Donohoe, M., & Sougiannis, T. Do analysts understand the economic and reporting complexities of derivatives? **Journal of Accounting and Economics**, 61, pp. 584-604.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 39. Instrumentos financeiros: apresentação. (2009). Brasília. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/410_CPC_39_rev%2009.pdf>.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 48. Instrumentos financeiros. (2016) Brasília. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/530_CPC_48.pdf>.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. (2009). 2. ed. revista e atualizada (colaboração de: rodrigues, A. T. L., França, J. A., Boarin, J. J., Coelho, J. M. A., Carneiro, J. D., Bugarim, M. C. C., & Morais, M. L. S.).
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/ CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>.
- Cruz, N. V. S., Batista, A. B., Andrade, C. M., & Bruni, A. L. (2013). O Ensino da contabilidade vinculada à área de custos e gestão no curso de ciências contábeis no nordeste brasileiro: uma análise da adequação da proposta de conteúdos abordados pelas IES às diretrizes do CFC (2009) e do ISAR/UNCTAD/ONU. **XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil**.
- Darós, B., & Borba, J. A. (2005). Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **R. Cont. Fin. USP**, São Paulo, 39, pp. 68 – 80.
- Demarzo, P. M., & Duffie, D. (1995). Corporate incentives for hedging and hedge accounting. **The Review of Financial Studies**, 8(3), p. 743-771.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W.W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, 48, pp. 147-160.
- Farias, M. R. S. (2012). **Desenvolvimento científico da contabilidade: uma análise baseada na epistemologia realista da ciência**. 222 pp. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Frosi, M., Ott, E., & Grando, T. (2013). Análise do alinhamento dos currículos dos cursos de ciências contábeis de IES da região sul do Brasil com a proposta de currículo do conselho federal de contabilidade. **Congresso ENANPAD**, 37, Rio de Janeiro/RJ. Anais... Rio de Janeiro/RJ.
- Golden, L. L., Wang, M., & Yang, C. (2007). Handling weather related risks through the financial markets: considerations of credit risk, basis risk, and hedging. **The Journal of Risk and Insurance**, 74, pp. 319-346.
- Guimarães, I. P., Slomski, V. G., & Gomes, S. M. S. (2010). Gestão do projeto político-pedagógico do curso de ciências contábeis e o currículo como instrumento de sua concretização. **R. Cont. Ufba**, 4(1), pp. 36-55.
- Helen, W., & Kh, W. (2013). An empirical study - adoption of international financial reporting standards (IFRS) in Hong Kong education. **Journal of Management Research**, 5(4), pp. 98-107.
- Hodgson, G. M. (2006). What are institutions? **Journal of Economic Issues**, 40(1).
- Hong, S., & Sohn, S. Y. (2013). Peer group analysis for introducing weather derivatives for a city. **Expert Systems with Applications**, 40, pp. 5680-5687.
- Hsiao, Y., & Tsai, W. (2018). Financial literacy and participation in the derivatives markets. **Journal of Banking & Finance**, 88, pp. 15-29.
- Klan, R. C., Cunha, P. R., & Filho, J. R. T. (2010). Participação dos instrumentos financeiros derivativos no balanço patrimonial de companhias brasileiras. **Revista de Informação Contábil**, 4(2), pp. 65 – 84.
- Masheane, M. (1998). Beta alpha psi award winning manuscript derivatives: accounting and economic issues. **Journal of Accounting Education**, 16(3/4), pp. 591-598.
- Malaquias, R. F., & Lemes, S. (2013). Disclosure of financial instruments according to International Accounting Standards: empirical evidence from Brazilian companies. **Brazilian Business Review**, 10(3), pp. 82-107.
- Manchiraju, H., Hamlen, S., Kross, W., & Suk, I. (2016). Fair value gains and losses in derivatives and ceo compensation. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, 31, pp. 311-338.
- Maradona, A. F., & Chand, P. (2017). The pathway of transition to international financial reporting standards (IFRS) in developing countries: evidence from indonesia. **Journal of the Chinese Institute of Chemical Engineers**.
- Mendes, P. C. M., Silva, A. B., & Niyama, J. K. (2011). A aderência do conteúdo da disciplina contabilidade tributária ministrada nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil ao conteúdo do currículo internacional proposto pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**. Natal-RN. 3(1), pp. 1 – 19.

- Oliveira, K. G., Silva, V. R., Miranda, G. J., & Tavares, M. (2015). Análise comparativa entre os currículos das ifes brasileiras e a proposta curricular do conselho federal de contabilidade. **IX Congresso ANPCONT**, Curitiba.
- Oliveira, M. C., Júnior Araújo, J. F., Oliveira, O. V., & Ponte, V. M. R. (2012). Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 5(1), pp. 2 – 26.
- Panaretou, A., Shackleton, M. B., & Taylor, P. A. (2013). Corporate risk management and hedge accounting. **Contemporary Accounting Research**, 30, pp. 116-139.
- Potin, S. A., Bortolon, P. M., & Neto, A. S. Hedge accounting no mercado acionário brasileiro: efeitos na qualidade da informação contábil, disclosure e assimetria de informação. **R. Cont. Fin. – USP**, 27(71), pp. 202 – 216.
- Powsey, N. L. (2017). IFRS adoption: a costly change that keeps on costing. **Accounting Forum**, 41, pp. 116-131.
- Sacristán, J. G. (2000). **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed.
- Scott, W. R. (1987). The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, 32(4), pp. 493-511.
- Silva, E. C. O., & Rêgo, T. F. Proposta formativa versus desempenho: um estudo comparativo entre os cursos de graduação em ciências contábeis das IFES brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, 6(2), pp. 55-74.
- Silva, T. T. (2000). **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica.